

Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira: 1950-00

*Romina Batista de Lucena**
*Nali de Jesus de Souza***

Este artigo apresenta as principais políticas agrícolas do Governo brasileiro, formuladas entre 1950 e 2000, e analisa os seus efeitos sobre o desempenho da agricultura em termos de aumento da produção e da produtividade. Percebe-se que a agricultura brasileira depende muito da política agrícola do Governo. Com políticas desfavoráveis, a agricultura situa-se aquém de seu potencial. Inversamente, com subsídios exagerados, pode estar havendo desperdício de recursos, que poderiam ser melhor alocados em outras atividades no meio urbano.

Ao estudar tais políticas agrícolas, neste trabalho se verificará como evoluiu o setor agrícola brasileiro em cada uma das décadas, a partir de 1950. O estudo está estruturado em três seções. Na primeira, serão abordadas as políticas agrícolas adotadas pelo Governo Federal do início da década de 50 até o fim dos anos 70; procurar-se-á mostrar que o modelo de substituição de importações do início desse período penalizava o setor agrícola.

Na segunda seção, serão abordadas as políticas agrícolas adotadas pelo Governo na década de 80. Nessa parte do trabalho, serão apresentadas as mudanças das regras de financiamento de cada safra e seus impactos sobre a área plantada, a produção e a produtividade do setor agrícola. Enfatizar-se-á, também, que a crise nessa década não foi fruto da política adotada por um governo isolado, mas, sim, o resultado do somatório das políticas econômicas ao longo dessa década, cuja gênese ocorreu no governo do então Presidente João Figueiredo e que teve continuação nos governos que o sucederam.

A seguir, serão abordadas as políticas agrícolas na década de 90, quando se pretende demonstrar que as dificuldades do Governo em manter o desenvolvimento econômico do setor agrícola se devem aos sucessivos planos de estabilização e às conseqüências das políticas adotadas nos governos anteriores. Nessa seção, enfatizar-se-ão, ainda, os efeitos das políticas agrícolas implementadas no contexto da abertura econômica sobre a agricultura brasileira.

* Mestre em Economia pela UFRGS, Professora do Departamento de Contabilidade da UFRR.

** Doutor em Economia pela USP, Professor do Departamento de Economia da PUCRS.

1 - As políticas agrícolas desde os anos 50 até o final da década de 70

Na década de 50, a agricultura brasileira teve como principal papel abastecer os centros urbanos e gerar divisas para financiar as importações necessárias à industrialização por substituição de importações. Em função do modelo, as exportações agrícolas eram vistas de maneira pessimista, pois a prioridade era abastecer o mercado interno, exportando-se apenas o excedente. Predominava, portanto, a monocultura exportadora, no caso, o café.

A grande preocupação era que a agricultura produzisse alimentos para suprir o setor urbano — em crescimento acelerado — e, assim, viabilizar o desenvolvimento industrial. O Brasil produzia todo o alimento de que necessitava, devido à abundância de terras na fronteira agrícola em expansão. Tendo em vista o aumento das distâncias das áreas produtoras aos centros consumidores, o maior problema eram os transportes. Além disso, no processo de comercialização, perdia-se cerca de 25% da produção embarcada (Melo, 1979, p.56). Havia um consenso acerca da necessidade de melhorar as condições de transporte e de armazenamento das safras. Tinha-se em mente a modernização do setor agrícola, através de subsídios à importação de **insumos modernos**, ao crédito rural e à ampliação do sistema de assistência técnica (Melo, 1980, p.61).

Entre 1953 e 1966, os empréstimos do Banco do Brasil para a aquisição de máquinas agrícolas, sobretudo tratores de fabricação nacional, mais do que quadruplicaram em termos reais; e, entre 1960 e 1966, esses empréstimos mais do que triplicaram (Smith, 1983, p.236).

Portanto, a política agrícola brasileira, nos anos 50, baseou-se na melhoria da infra-estrutura de comercialização, principalmente através de investimentos públicos em transportes e em armazenamento e na modernização em larga escala. Nos anos 60, a política agrícola continuou a expansão do sistema de transporte e implantou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, que se tornou um instrumento relevante da modernização agrícola.

O crédito rural tem sido considerado um dos principais instrumentos de que dispõe o Estado para incentivar a produção agrícola. O crédito pode ser utilizado para custeio (compra de insumos), investimento (compra de máquinas, bovinos, reflorestamento, etc.) e comercialização (descontos de promissórias, duplicatas rurais e transporte de produtos). Com a institucionalização do **crédito rural**, desenvolveu-se a agricultura comercial, gerando crescimento do PIB, ingresso de divisas, redução do déficit comercial e abastecimento interno.

Nos anos 60, a produção agrícola apresentou melhor desempenho do que na década anterior, sendo que a maior parte dos produtos exportáveis e de mercado interno cresceram mais do que a população nacional, na época em

torno de 3% ao ano. De outra parte, a economia brasileira, nessa década, ficou mais aberta ao Exterior, com aumento das exportações de produtos agrícolas industrializados. No final da década, a situação do mercado internacional estava favorável. Os preços dos insumos e dos bens de capital estavam em declínio, e os preços agrícolas, em alta. Isto mostrava o acerto da política agrícola que estava sendo adotada.

A expansão do setor exportador manteve-se na década de 70, pois os preços internacionais, ainda mais favoráveis, incentivavam o aumento das exportações agrícolas, como soja e café. Predominou a política de crédito rural altamente subsidiado. A taxa de juros dos empréstimos manteve-se fixada em 15% nominais ao ano. A aceleração do processo inflacionário, provocado pela crise do petróleo, justificou o apoio governamental à produção de álcool para substituir parte do petróleo importado.

Ao longo de toda a década de 70, as taxas nominais de juros do crédito rural ficaram abaixo da taxa de inflação. Nesse período, o crédito rural foi o responsável pelo desenvolvimento do setor agrícola, o que pode ser explicado pelos substanciais subsídios ao crédito rural. Até 1975, os empréstimos eram a juro zero, com três anos de carência e cinco anos para pagar. A fase de declínio do crédito rural iniciou em dezembro de 1979, aumentando as taxas de juros, que se tornaram mais altas do que a taxa de inflação, reduzindo a demanda de crédito.

As taxas de juros passaram a ser ajustadas por um coeficiente aplicado à correção monetária. Com o segundo choque do petróleo, em 1979, aumentou o desequilíbrio da balança comercial. A taxa de inflação passou de 77,2% ao ano em 1979 para 110,2% em 1980, reduzindo os subsídios implícitos nos empréstimos rurais.

Em função do crédito subsidiado, a agricultura cresceu cerca de 66% na década de 70. Isso também foi explicado pela abertura de novos mercados externos, assim como pelo crescimento da demanda internacional e do crescimento do próprio mercado interno. Esse crescimento teve dois aspectos. Primeiro, pela evolução dos preços internacionais de produtos agrícolas e pela política de crédito rural subsidiado; segundo, a partir de 1979, pela deterioração da política de crédito rural, provocada pelos desequilíbrios macroeconômicos internos.

2 - Políticas agrícolas e desempenho da agricultura nos anos 80

No início da década de 80, a economia brasileira enfrentava uma crescente instabilidade macroeconômica, com elevadas taxas de inflação. Desse modo, a prioridade do Governo Figueiredo (1979/85) foi combater a inflação através de cortes dos gastos públicos. Houve redução de recursos para o financiamento rural. O Governo estava pressionado por dois problemas básicos no início de 1979: altas taxas de inflação e crescimento da dívida externa.

2.1 - As políticas agrícolas nos anos 80

Para estimular a produção e a exportação de produtos agrícolas, o Governo viria a substituir o subsídio ao crédito por uma política de preços mínimos. Apesar da restrição creditícia, não há evidência de que o setor agrícola tenha se ressentido da falta de liquidez (Gasques, Verde, 1990). Na verdade, o que ocorreu foi um constante aumento dos custos financeiros da agricultura, através dos sucessivos aumentos da taxa de juros real cobrada do setor agrícola.

Em 1981, o Governo introduziu novas mudanças na política agrícola. A principal foi a adoção de limites ao crédito para custeio, que passaram a refletir apenas parte dos custos variáveis; a cobertura do seguro rural foi reduzida para apenas 80% do valor financiado. Houve, também, mudanças das taxas de juros; os créditos para investimento e comercialização passaram a receber as mesmas taxas de juros de mercado, praticada no resto da economia.

Em 1982, estabeleceu-se a vinculação das taxas de juros à variação do INPC. Os encargos financeiros aplicáveis ao crédito rural passaram, a partir daí, a incorporar correção monetária com percentuais variáveis das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs).

Em 1983, ainda com os resultados negativos da política de contenção do déficit público, veio a decisão do Governo de aumentar os encargos financeiros do crédito rural e de eliminar os subsídios embutidos nas taxas de juros cobradas. Essas intenções se concretizaram quando se estabeleceram novas regras de indexação para os anos de 1983, 1984 e a partir de 1985. Em 1983, foi introduzida uma taxa de juros de 3% ao ano, mais 85% da variação das ORTNs. Em 1984-85, a taxa de juros cobrada tornou-se positiva, pela primeira vez, desde a criação do SNCR (3% ao ano mais variação integral das ORTNs).

Passou a ficar claro não ser recomendável ao produtor rural fazer uso desse instrumento de política agrícola, pois os constantes aumentos das taxas de juros e, por fim, a indexação plena dos financiamentos tirou dela seus princípios básicos explicitados na Lei nº 4829, de 1965: o crédito rural deixou de ser um

instrumento de fomento para o setor agrícola. Com as restrições da oferta de crédito rural, **a política de garantia de preços mínimos (PGPM)** tornou-se uma poderosa alavanca para a expansão e o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Através da garantia de um preço mínimo para o produto, pretende-se proteger o setor agrícola contra as oscilações acentuadas de preços na época de comercialização da safra e, dessa forma, assegurar um nível mínimo de renda para o produtor rural. A PGPM foi responsável pela elevação da produção de grãos no País, política que se complementa com os Empréstimos do Governo Federal (EGF) e as Aquisições do Governo Federal (AGF).

Os EGF são um contrato para crédito de comercialização dentro do ano-safra, que fornece liquidez ao setor agrícola para o transporte de produtos da safra para entressafra. Através dos EGF, o Governo financia a estocagem no curto prazo, melhorando o poder de barganha do produtor na época da colheita e reduzindo as flutuações estacionais dos preços. Os EGF funcionam de duas formas: a primeira é o EGF-COV (com opção de venda ao Governo Federal) e a segunda é o EGF-SOV (sem opção de venda ao Governo).

Já as AGF são um instrumento de garantia de preço mínimo para os agricultores, ao mesmo tempo em que promovem a estabilidade de preços de produtos agrícolas fundamentais para o consumo da população. Elas permitem a formação de estoques reguladores de passagem de anos de oferta abundante para a venda em anos de escassez. Com as AGF, o Governo compra os excedentes da produção, com base nos preços mínimos fixados antes do plantio. As AGFs são exercidas de duas formas: AGF Direta e AGF Indireta (após a realização do EGF-COV).

A hiperinflação dos anos 80 ameaçou solapar a PGPM, porque os preços mínimos eram fixados em termos nominais vários meses antes da colheita, embutindo uma componente de antecipação da inflação. Em 1981, o Governo instituiu o "preço-base", sujeito à indexação até o início de seu período de operação como preço mínimo (fevereiro, para a maioria das culturas de verão). A partir do ano agrícola 1984/85, a indexação do preço-base foi estendida por mais dois meses (março e abril). Em 1984, preços de mercado mais altos do que os preços mínimos oficiais levaram a um desinteresse pela utilização da PGPM. Entretanto, em 1985, com preços mínimos mais altos e melhoria do sistema de indexação, houve, novamente, maior atração pela PGPM.

O crescimento da agricultura brasileira também não pode ser separado das **políticas relativas a fertilizantes e máquinas agrícolas**. O consumo de fertilizantes no Brasil cresceu 20% ao ano, passando de 300 mil toneladas em 1965 para 4 milhões de toneladas em 1980 (Rezende, 1993, p.35). Essa expansão deveu-se à formação de grandes estoques especulativos, na esteira da política de prefixação da taxa de câmbio, que resultou em sobrevalorização

cambial e na expectativa do impacto da alta do preço do petróleo sobre os preços internos dos fertilizantes.

A comercialização de máquinas agrícolas, a partir de 1984, apresentou um crescimento nas vendas, mesmo inexistindo crédito subsidiado, que se estendeu até 1987, quando se verificou uma diminuição no ritmo de vendas. Os bons resultados obtidos no período 1984-87 estão correlacionados com a expansão da terra cultivada.

Mesmo com um quadro macroeconômico desfavorável, a agricultura brasileira cresceu, porque o Governo deu prioridade ao setor agrícola. Reconhecia-se a sua importância para o desenvolvimento econômico e, mais importante ainda, sua relevância para o ajustamento macroeconômico da economia nacional diante da crise do início da década de 80.

Entre 1980 e 1989, a produção agrícola expandiu-se 3,6% ao ano, o que corresponde a um crescimento anual *per capita* de 1,5%. A produção dos produtos domésticos (arroz, batata inglesa, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate) cresceu 2,1% ao ano, mantendo-se constante a produção *per capita*. A produção das lavouras de exportação (algodão, amendoim, cacau, café, fumo, laranja, mamona, soja e cana-de-açúcar) expandiu-se 4,5% ao ano, ou cerca de 2,5% *per capita* ao ano. O rápido crescimento da produção canavieira deveu-se, certamente, à influência positiva do Programa do Alcool (Proálcool) (Melo, 1990, p.23).

Entre 1985 e 1989, houve acentuado crescimento da produtividade das principais culturas, como segue: arroz, 39%; milho, 38%; soja, 26%; trigo, 21%; algodão, 8%; e feijão, 5%. Os fatores que explicam esse crescimento da produtividade foram os investimentos em tecnologia, em infra-estrutura e em pesquisa agrônoma.

2.2 - Os planos de estabilização e a agricultura brasileira

O Plano Cruzado I, de fevereiro de 1986, provocou efeitos perversos sobre a agricultura, devido ao congelamento de preços e à liberação das importações de alimentos. Mudou-se a moeda de cruzeiro para cruzado, congelaram-se os preços e os salários por um ano e acabou-se com a correção monetária. A inflação caiu de 235,1% ao ano em 1985 para 65% em 1986. No entanto, a retração da oferta e a pressão da demanda provocaram o desabastecimento.

Em novembro de 1986, foi adotado o Plano Cruzado II, que descongelou os preços e elevou os encargos financeiros do crédito rural. O descongelamento provocou a deterioração das finanças públicas, agravando ainda mais a situação econômica do País, aumentando a inflação para 415,8% ao ano. Em 1987, a inflação acumulada provocou aumento das taxas de juros, tornando impossível saldar as dívidas, principalmente de pequenos produtores.

A desindexação financeira gerou uma explosão dos preços dos imóveis rurais, dos rebanhos bovinos e dos demais estoques de produtos agrícolas, além dos salários rurais. A safra 1986/1987 apresentou um decréscimo de 1,1% na área plantada, em relação à safra 1985/1986, enquanto a produção de grãos aumentou 11,7%, com a produtividade crescendo 21,8%.

Dado o insucesso dos Planos Cruzado I e Cruzado II, a economia ficou desorganizada, e a inflação disparou. Em julho de 1987, foi lançado o Plano Bresser. Esse plano veio em um momento oportuno para o setor agrícola, o qual necessitava de soluções urgentes para a dívida contraída durante o Plano Cruzado. O Plano Bresser baseava-se, novamente, no congelamento de preços e na promessa de equilíbrio fiscal, que nunca se concretizou. Esse plano teve curta duração, e, três meses depois, a inflação voltou a subir. Com o fim do Plano Bresser, houve mudança da política agrícola, que passou da administração direta dos preços para o controle fiscal. Nessa direção, foram suprimidos os subsídios ao plantio de trigo e ao crédito rural.

Em 1987, houve o retorno à indexação do crédito agrícola. A correção passou a ser feita pelo Índice de Preços Recebidos pelos Produtores (IPR), calculado pela FGV. Assim, na safra 1987/1988, a área plantada cresceu 1,8%, com a produtividade mantendo-se praticamente estável e a produção aumentando apenas 2,1%.

O Plano Bresser pretendeu contornar a recessão, voltando-se, fundamentalmente, para o mercado externo; ele foi lançado no ano em que o País declarava a moratória da dívida externa. A inflação subiu de 415,8% para 1.037,6% no ano seguinte, com queda de 0,1% do PIB. O fracasso do Plano Bresser resultou da aceleração das expectativas inflacionárias, pois as empresas, receando novos congelamentos, estabeleciam preços bem mais elevados, ao mesmo tempo em que concediam descontos nas notas fiscais.

O Plano Verão, de janeiro de 1989, também adotou o congelamento de preços. Ele foi considerado o pior dos planos de estabilização, pois nem mesmo no período em que vigorou o congelamento os preços deixaram de subir, elevando a taxa de inflação para 1.782,9% ao ano. Com o Plano Verão, o Governo aplicou uma correção altíssima nos financiamentos (14,8%), acarretando prejuízo para os agricultores na safra 1988/1989, e a área plantada reduziu-se 1,3%. Em função do aumento da produtividade, porém, a produção agrícola aumentou 6,8%.

Em março de 1990, a inflação mensal ultrapassou 80% ao mês. Foi quando assumiu o Presidente Fernando Collor de Mello, prometendo acabar com a inflação através de um único golpe, como será visto adiante, na seção 3.

2.3 - O comportamento das importações e das exportações agrícolas

Entre 1981 e 1985, aumentaram as importações de alimentos, principalmente de trigo, devido aos subsídios, reduzindo o saldo da balança comercial. Em 1986, o custo total do subsídio ao trigo foi estimado em US\$ 1,8 bilhão, equivalente a 0,7% do PIB (Rezende, 1989, p.111). Cresceram, também, as importações do complexo agrícola (16%), devido ao aumento do consumo de alimentos provocado pelo Plano Cruzado. Em 1987, as importações do trigo reduziram-se em US\$ 200 milhões, em função do aumento da produção doméstica desse cereal (4,3 milhões de toneladas em 1985 e 5,8 milhões de toneladas em 1987). Na década de 80, as importações agrícolas ficaram em torno de US\$ 1,6 milhão, em média, de acordo com o Boletim do Banco Central.

A crise macroeconômica dos anos 80 aumentou, também, a importância das exportações agrícolas nas exportações totais do Brasil, estimuladas pela desvalorização cambial do cruzeiro (30%) em 1979. Essa desvalorização contribuiu para alterar o preço relativo entre os produtos agrícolas de exportação e os de consumo interno, incentivando a expansão das lavouras de exportação, cujo crescimento foi de 2,16% ao ano (Melo, 1990, p.24).

Essa conjuntura favorável explicou o crescimento das exportações agrícolas entre 1980 e 1985, como se pode ver pelo exame da Tabela 1. Observa-se que as exportações agrícolas, no total das exportações, passaram de US\$ 4.342 milhões em 1980 para US\$ 5.089 em 1985 (+17,2%). Embora tenha havido crescimento, em termos absolutos, a participação dessas exportações no total das exportações do País caíram de 21,6% em 1980 para 19,8% em 1985.

A análise por grupo de produtos mostra que a participação das exportações de animais vivos e produtos do reino animal nas exportações totais brasileiras aumentaram de 2,3% em 1980 para 2,9% em 1985, enquanto os produtos do reino vegetal tiveram sua participação reduzida de 15,9% para 13,6% no mesmo período, e a participação das exportações de gorduras e de óleos animais e vegetais permaneceu praticamente constante e um pouco acima de 3%.

Tabela 1

Exportação de produtos agrícolas e sua participação nas exportações do Brasil — 1980, 1985 e 1990

PRODUTOS	1980		1985		1990	
	Valor (US\$ 1 000)	%	Valor (US\$ 1 000)	%	Valor (US\$ 1 000)	%
Animais vivos e produtos do reino animal	455	2,3	752	2,9	651	2,1
Produtos do reino vegetal	3 193	15,9	3 489	13,6	2 334	7,4
Gorduras e óleos animais ou vegetais	694	3,4	848	3,3	498	1,6
Total da agricultura	4 342	21,6	5 089	19,8	2 985	9,5
EXPORTAÇÕES TOTAIS	20 132	100,0	25 639	100,0	31 414	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL; 1980, 1985, 1990 (1981, 1986, 1991).
Rio de Janeiro: IBGE

Examinando o conjunto de produtos que entram no agregado produtos do reino vegetal, constata-se que a maior queda foi das exportações de café e de seus derivados, cujas exportações caíram de US\$ 2.593 milhões em 1980 para US\$ 2.487 milhões em 1985.

Na segunda metade da década de 80, as exportações agrícolas entraram em crise. Elas se reduziram de US\$ 5.089 milhões em 1985 para US\$ 2.985 milhões em 1990 (-41,3%), correspondendo à queda de participação no total de 19,8% para 9,5% no mesmo período. Caíram as participações de todos os grupos de produtos agrícolas nas exportações totais. Novamente, esse mau desempenho se deveu à redução das exportações de café e de seus derivados, cujos valores passaram de US\$ 2.487 milhões em 1985 para US\$ 1.190 milhões em 1990. Em toda a década de 80, a queda das exportações agrícolas foi de 31,2%, correspondendo à redução nas exportações totais de 21,6% em 1980 para 9,5% em 1990. Porém, como se viu, a crise ocorreu mesmo na segunda metade dos anos 80. A expressiva redução das exportações agrícolas nas exportações totais, sobretudo entre 1985 e 1990, deve-se à crise econômica e aos sucessivos planos de estabilização, que penalizaram o setor agrícola.

Apesar do contexto macroeconômico desfavorável e da queda das exportações agrícolas de café e de seus derivados, a década de 80 apresentou desempenho positivo para o setor agrícola. Percebe-se que a expressiva melhoria da produção e da produtividade da agricultura resultou de diferentes fatores,

como a política cambial incentivadora das exportações, a formulação e a implementação de políticas agrícolas mais adequadas (em especial, a PGPM), que possibilitaram os bons resultados obtidos nessa década.

3 - Políticas agrícolas nos anos 90

Nesta seção, serão examinadas as políticas relativas ao crédito rural e aos preços mínimos. Mostrar-se-á que seu papel foi menos importante para a agricultura nos anos 90 do que nos anos 80, quando todos os problemas enfrentados pelo setor agrícola eram resolvidos pelas políticas de crédito e de preços mínimos. Na década de 90, houve uma reformulação da política agrícola, que contribuiu com o desenvolvimento econômico da agricultura. Introduziram-se a equivalência-produto para os empréstimos e o uso de um sistema alternativo e complementar à equivalência-produto; destacam-se, também, os mercados futuros e, ainda, a inclusão da agricultura nas discussões da Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), transformado, em 1999, na Organização Mundial do Comércio (OMC) e no Mercado Comum do Sul (Mercosul), como forma de se promover um comércio internacional mais aberto e competitivo, para enfrentar os desafios da globalização da economia mundial.

3.1 - Os planos de estabilização e a agricultura brasileira nos anos 90

Em 1990, foi editado o Plano Collor I, que reteve os depósitos em conta corrente e os das cadernetas de poupança. A inflação cedeu de 1.782,9% em 1989 para 1.476,7% em 1990. Para a agricultura, o Plano representou a confirmação de uma tendência que vinha ocorrendo desde 1986: a adoção de um plano de estabilização na época da comercialização da safra. Esse plano prejudicou a agricultura ao reduzir a liquidez (o que inibiu a comercialização da safra) e ao corrigir assimetricamente os preços mínimos em relação à inflação e aos custos dos financiamentos. Os financiamentos foram corrigidos pelo IPC de março de 1990 (84%), e os preços, pelo BTN do mesmo mês (42%). Com isso, os agricultores não conseguiram liquidar seus débitos nas datas contratadas.

A safra 1989/1990 foi comercializada com prejuízo. A produção de algodão e a de milho apresentaram margem negativa de 36,9% e 3,5%, respectivamente; enquanto a de soja apresentou margem positiva de 0,7%. Somente a produção de arroz irrigado conheceu margem positiva expressiva (158,3%). A situação dos agricultores agravou-se pela seca que ocorreu na Região Centro-Sul e

que acarretou uma queda na produção de 11,6%. Com a redução da produtividade (1,3%), a safra 1989/1990 teve uma produção de 18,5% menor do que a anterior. O Governo liberou, então, as importações de diversos produtos, que, por serem demasiadas, reduziram ainda mais os preços dos produtos agrícolas (Nogueira, Oliveira, 1997).

Em fevereiro de 1991, saiu o Plano Collor II, que congelou preços e salários, acabou com o *overnight* e criou o Fundo de Aplicação Financeira, aboliu o Bônus do Tesouro Nacional, sendo instituída a Taxa Referencial de Juros (TRJ). A inflação caiu para 480,2% ao ano, mas subiu para 2.708,6% em 1993, a mais alta da história econômica brasileira. Passou-se a cobrar dos produtores taxa de 9% ao ano mais TR. Essa taxa ainda foi alterada, em agosto de 1992, para 12,5% ao ano mais TR, para os grandes e médios produtores. Em julho de 1993, ela se reduziu para 6% ao ano mais TR, no caso dos miniprodutores.

A produção da safra 1990/1991 foi menor em relação à safra anterior, em razão da forma de correção dos empréstimos; porém a produtividade das lavouras cresceu 16,3% e 8,1% nas safras 1991/1992 e 1992/1993 respectivamente; não houve nenhuma flutuação significativa de preços. Na safra 1991/1992, cresceram a produção (18,0%) e a área plantada (1,6%); na safra 1992/1993, a produção cresceu 0,12%, mas a área plantada reduziu-se em 7,4%. Para a economia como um todo, os anos de 1992 e 1993 foram de elevada inflação, consolidada pelo descontrole da política monetária e da política fiscal.

A safra 1993/1994 apresentou um aumento de 9,7% na área plantada e de 1,5% na produtividade, resultando num acréscimo de 11,3% da produção agrícola total. Em junho de 1994, o Governo FHC lançou o Plano Real, caracterizado por política monetária ativa, âncora cambial e abertura da economia ao comércio exterior. A taxa de inflação caiu pela metade em 1994, chegando a 1,6% em 1998. As altas taxas de juros, para desestimular o consumo, penalizaram tanto o setor agrícola como o resto da economia. A valorização da taxa de câmbio real e a política de liberalização das importações reduziram a rentabilidade das atividades agrícolas.

Os pontos positivos do Plano Real foram: (a) melhoria das cotações internacionais dos produtos de exportação; (b) redução dos preços de insumos agrícolas; (c) aumento da produtividade da terra, pelo uso mais intensivo de insumos e de inovações tecnológicas (Melo, 1999).

A partir de 1997, a Lei Kandir estimulou as exportações ao isentá-las do ICMS. Apesar desses estímulos, os agricultores, que já se encontravam endividados pelos resultados das safras passadas, entraram em colapso. Muitos deles tiveram seus bens alienados pelos bancos e foram expulsos do processo produtivo. Isso já vinha ocorrendo desde 1990.

3.2 - O papel das políticas agrícolas na década de 90

Para conter a inflação, os subsídios ao crédito rural foram reduzidos ainda mais. Entre 1969 e 1995, o crédito rural passou por cinco etapas: (a) 1969-79, crescimento acentuado da oferta; (b) 1979-84, restrição severa; (c) 1984-86, ligeira elevação dos valores concedidos; (d) 1986-90, decréscimo acentuado; (e) 1990-95, estabilização da oferta (Anu. Estat. Bacen, 1996).

Portanto, a instabilidade financeira do País e a política econômica geral inviabilizaram a operação da política agrícola de crédito rural; isso afetou o nível da produção agrícola e gerou instabilidade no setor. Porém a introdução do **Sistema de Equivalência-Produto** no crédito rural, em 1983, foi de estímulo. Esse sistema beneficia os produtores que necessitam de empréstimos. Ao tomar um financiamento, o produtor não sabe o impacto que os encargos financeiros causarão no saldo devedor; com a equivalência-produto, essa situação muda, pois ele consegue acompanhar e prever a evolução de seu saldo devedor.

Esse sistema surgiu para viabilizar o pagamento dos empréstimos. No contrato, deve-se calcular a quantidade de unidades equivalentes do produto financiado, dividindo-se o valor do financiamento, acrescido das despesas (inclusive juros), pelo preço mínimo vigente. No vencimento, fica facultada ao tomador a liquidação de seu débito mediante entrega de documento representativo da estocagem do produto na quantidade devida. Para os mini e os pequenos produtores era feita, então, uma AGF direta; para os demais, realizava-se um EGF-COV. Esse procedimento foi estabelecido pela equivalência produto, em 1991.

O sistema restringiu-se ao custeio agrícola para o cultivo de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Limitou-se, também, aos investimentos destinados ao melhoramento integrado das mini e das pequenas propriedades rurais. No caso do investimento, a equivalência-produto implicava que a correção da dívida se daria pelo Índice de Preços Recebidos pelos agricultores ou pela TR, o que fosse menor. Esse sistema trouxe ganhos aos produtores rurais e à indústria, que aumentou a venda de máquinas (Barreto apud Pereira, 1996, p.53).

A utilização dos **Mercados Futuros** complementou a equivalência-produto. Trata-se de negociação de produtos agrícolas, em Bolsa, onde o produtor pode se proteger de riscos de perdas financeiras causadas por variações de preços de seus produtos. As negociações a termo são feitas tanto nas Bolsas de Valores como nas Bolsas de Mercadorias.

Esse sistema proporcionou melhores condições de rentabilidade aos produtores rurais. Através dele, são veiculadas informações sobre o preço esperado no mercado à vista, que influenciam as decisões de produzir, colher, estocar e processar determinada *commodity* agrícola. No mercado futuro, as posições de contrato são, normalmente, classificadas como sendo mantidas por *hedges*,

que são expedientes adotados por compradores e vendedores para se resguardarem de flutuações futuras de preços. O Plano Real, contudo, provocou queda de 40% na cotação de produtos como algodão, milho, soja, leite e frango. Nesse sentido, procurando compensar os produtores pela valorização cambial, o Governo concedeu generosos incentivos através das políticas de crédito rural e de preços mínimos.

Em 1995, o crédito rural superou em R\$ 2 bilhões os valores de 1994. Os agricultores tiveram à disposição R\$ 5,65 bilhões para custear a safra 1994/1995. Nessa safra, o Governo manteve o sistema de equivalência-produto no crédito rural, para viabilizar a tomada de crédito, devido à permanência da correção nos empréstimos pela TR mais 11% de juros ao ano. Os preços mínimos, que vinham sendo corrigidos pela TR, desde a safra 1991/1992, foram fixados em termos nominais, ou seja, o pagamento da transação manteve-se fixo. Diante desse quadro, o setor agrícola voltou a depender dos recursos do crédito agrícola (Rezende, 1999).

Na safra 1994/1995, houve queda dos preços externos dos produtos agrícolas. Esse fato, mais a política de abertura às importações, acabou frustrando a safra daquele ano, devido à prioridade do Governo em assegurar a estabilidade econômica. Porém o Governo introduziu mudanças na política agrícola, a partir da safra 1995/1996, que foi a securitização. Ela se constitui no alongamento da dívida dos produtores rurais, dando a opção ao produtor de entregar, em produto, o valor equivalente ao refinanciamento do débito. Os encargos incidentes foram de 3% ao ano, com capitalização anual, e os contratos poderiam ser feitos em equivalência-produto para determinados produtos básicos da PGPM.

Foi também definido o prazo de refinanciamento, que dependeu da capacidade de pagamento do produtor, podendo variar de sete a 10 anos, com um período de carência de dois ou três anos. O valor máximo que poderia ser refinanciado foi de R\$ 200 mil, atingindo 193 mil produtores somente no Banco do Brasil. Quase a totalidade dos R\$ 7 bilhões destinados à renegociação das dívidas foi utilizada, confirmando o sucesso desse ato. O custo total da securitização para o Governo, segundo os Ministérios da Fazenda e da Agricultura, chegaria a R\$ 2,5 bilhões em 10 anos, considerando-se o prazo máximo de refinanciamento. Embora essa renegociação tenha contribuído para restaurar a liquidez do setor agrícola e, em tese, tivesse restaurado a capacidade dos produtores para obtenção de novos financiamentos, na prática, as dificuldades para novos empréstimos não foram eliminadas, tendo em vista o rigor dos agentes financeiros para concessão de crédito rural e o comprometimento de suas garantias reais durante o processo de securitização das dívidas.

No ano agrícola 1996/97, ocorreram outras mudanças. Foram adotadas as políticas de preços mínimos e de gestão de estoques. Isto permitiu ao Governo efetuar a comercialização de praticamente todos os estoques públicos. Na sa-

fra 1998/1999, foram utilizadas as operações de *hedge*, para complementar o limite de financiamento para o custeio. Porém a utilização de *hedge* não se sustentou, pois o País sofreu uma forte instabilidade econômica no final de 1998, que conferiu um grau de risco maior para os financiamentos no Brasil, aumentando o grau da inadimplência.

Analisando-se as medidas de política agrícola, fica evidente o tratamento prioritário dado pelo Governo a esse setor. Ele aumentou o volume de recursos para cerca de R\$ 11,0 bilhões, a fim de atender ao custeio e à comercialização, e R\$ 2,1 bilhões para investimentos. De acordo com o levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção brasileira de grãos da safra 2000/2001 deverá ultrapassar 92 milhões de toneladas (+10,2%), e a área plantada está estimada em 38,1 milhões de hectares, o que representa um acréscimo de 2,1% em relação à safra anterior.

A produção de milho aponta um crescimento de 24,7%, atingindo um volume de 34,6 milhões de toneladas, enquanto o aumento previsto na produtividade é de 11%. Para a soja, prevê-se um crescimento de 0,9% em relação à safra passada, representando 13,6 milhões de hectares, podendo atingir um volume de 34,5 milhões de toneladas. Essa melhora se deve à tecnologia, ao uso de sementes de boa qualidade e ao alto potencial produtivo. Outro fator positivo são as previsões de crescimento das economias asiáticas, que deverão dar suporte para o crescimento da demanda dos produtos do complexo soja. Para o próximo ano, só um quadro recessivo na economia norte-americana poderá atenuar a tendência de alta para a soja.

Em 1994, a produção interna de fertilizantes atingiu 12 milhões de toneladas, representando um consumo médio de 261 kg/ha contra 185 kg/ha no final da década de 80 (Zandonadi, 1996). Em termos globais, o consumo de fertilizantes totalizou 14,7 milhões de toneladas em 1998 contra 13,8 milhões de toneladas em 1997 (Plano Agric., 1999). A desvalorização do real, em janeiro de 1999, provocou elevação dos preços pagos pelos fertilizantes por parte dos agricultores, o que afetou o seu emprego na agricultura.

Por seu turno, o mercado de máquinas agrícolas tem se restringido. Em 1990, o mercado nacional absorveu apenas 58% dos tratores e colheitadeiras agrícolas vendidos. A média anual de vendas, na década de 90 foi de 21.782 unidades, contra 36.998 unidades no período 1985-89. Durante toda a década de 80, a média de comercialização foi de 35.325 tratores agrícolas por ano. No segmento de colheitadeiras, a queda das vendas foi ainda maior, atingindo 48% do total negociado. Isso se deve à redução da oferta de crédito (Zandonadi, 1996).

Com o Plano Real, cresceram as vendas no mercado interno. Isso foi a consequência da elevação da renda dos produtores nos primeiros meses do Plano, em decorrência da valorização cambial. Porém, no ano seguinte, em face do endividamento, da descapitalização do setor e dos baixos preços obtidos com os

produtos agrícolas, a venda de máquinas agrícolas arrefeceu no período de comercialização da safra. Essa queda se manteve até 1999, devido ao encarecimento dos insumos e à queda dos preços recebidos pelas exportações agrícolas.

3.3 - O comportamento das importações e das exportações agrícolas

Na década de 90, cresceram as importações de milho, arroz, algodão e trigo. Isso resultou da abertura comercial iniciada no final do Governo Sarney e continuada no Governo Collor, em decorrência de reduções tarifárias e desvalorizações reais da moeda. Com o Plano Real, ocorreu grande valorização cambial, que barateou as importações e encareceu as exportações. Os produtos mais afetados foram algodão e trigo. No caso do algodão, a parcela financiada chegou a 84% do total importado; quanto ao trigo, essa parcela atingiu 94% no período 1991-95, conforme dados de Rezende (1997).

Essa política de maior liberdade comercial chegou a ser preocupante para a agricultura. De acordo com dados da Secretaria do Comércio Exterior, em 1993 o Brasil exportou o equivalente a 9% do seu PIB, percentual que se reduziu para 6,4% em 1996. Enquanto isso, no mesmo período, as importações passaram de 6,3% para 7,6% do PIB. Em 1998, o Brasil gastou US\$ 1,1 bilhão com importação de trigo, colocando o País na condição de maior importador mundial desse produto (5,9 milhões de toneladas). Nesse mesmo ano, o Brasil importou 2 milhões de toneladas de milho e 1,7 milhão de toneladas de arroz, gastando ainda muitos milhões de dólares com a importação de feijão, de algodão e de outros produtos alimentares e de matérias-primas para a indústria.

Os gastos do País com importações agrícolas cresceram de US\$ 1,7 bilhão no período 1987-89 para US\$ 7,1 bilhões em 1996 (mais de 313%). Isto corresponde à uma taxa média anual de 19,4%. Constata-se que o Brasil está se tornando, cada vez mais, um grande importador de produtos agrícolas, embora seja um país com as maiores fronteiras agrícolas do mundo.

Isto se explica, conjunturalmente, porque as importações de produtos agrícolas são fundamentais para a estabilização interna dos preços; de outro lado, elas fazem parte de acordos comerciais, como os do Mercosul, e constituem a contrapartida das exportações brasileiras de produtos manufaturados. No caso das exportações agrícolas, de acordo com o Boletim do Banco Central, elas cresceram relativamente pouco entre 1980 e 1993. Nesse período, seu valor esteve contido entre US\$ 9,0 e US\$ 12,0 bilhões. A média do triênio 1987-89 foi de US\$ 11,4 bilhões; em 1993, o valor foi de US\$ 11,9 bilhões, igual à média do período referido.

O maior crescimento do valor das exportações ocorreu em 1994, quando atingiram um recorde de US\$ 12,3 bilhões (mais de 31%). Esse aumento deveu-se à recuperação do preço do café e ao incremento do volume comercializado de açúcar, soja e derivados, como também a uma ligeira recuperação dos preços externos desses produtos. Os produtos com grande potencial exportador são soja, cana-de-açúcar e laranja, apresentando excelente rendimento por área plantada, com crescimento médio anual de preços de 1,9% na última década. O valor médio das exportações de soja, na década de 90, foi de US\$ 2,9 bilhões contra US\$ 2,6 bilhões na década anterior. Entre os períodos 1990-94 e 1995-98, a exportação de soja cresceu 31,8% contra 22,6% para a cana-de-açúcar e 18,2% para a laranja.

Em 1998, o País exportou mais, porém com menores ganhos. Os preços de produtos como suco de laranja, café, cacau, açúcar, soja e milho diminuíram por causa da retração do mercado externo e das crises asiática de 1997 e russa de 1998. Um levantamento da Associação Brasileira de Comércio Exterior mostrou que, a partir de meados de 1997, as *commodities* atingiram os preços mais baixos dos últimos 20 anos no mercado internacional.

Mesmo se considerando o bom desempenho de 1999, o Brasil está perdendo espaço no mercado agrícola internacional, deixando de gerar renda e divisas no segmento da economia que apresenta vantagem comparativa. Contudo, segundo declarações recentes do Ministro da Agricultura (2001), o Brasil está se preocupando em reforçar o poder de barganha do País nos fóruns internacionais e em desenvolver a pesquisa agropecuária, autorizando a Embrapa a realizar concurso público para a contratação de 1.600 técnicos.

3.4 - A agricultura e a globalização da economia mundial

A tendência da atual década é a agricultura brasileira voltar-se para segmentos mais competitivos, tornando-se mais eficiente pela adoção de inovações tecnológicas e de mão-de-obra mais qualificada. Desse modo, ela poderá melhorar o seu desempenho no sentido de abastecer os mercados externos e suprir a demanda interna. Assim, ela contribuirá com o desenvolvimento econômico em um mercado cada vez mais globalizado. É dentro dessa idéia que o Governo traçou os rumos das políticas agrícolas para a safra 2000/01.

No Plano Agrícola 2000/01, o Governo tem como prioridade reforçar a agricultura brasileira, com maior volume de recursos para o crédito e com instrumentos de amparo à produção e à comercialização. Com isso, o Governo tem como metas: (a) aumentar os recursos para a agricultura, sendo mais 21% para custeio e comercialização, mais 59,5% para investimentos e mais 28% para

aquisições (via orçamento); (b) recuperar a participação governamental no total do financiamento agropecuário, de 22% para 32%; (c) incentivar a produção e a produtividade para culturas estratégicas e/ou para regiões específicas com linhas de crédito favorecido (juros de 8,75% ao ano); (d) aumentar o total de recursos de R\$ 575 milhões para R\$ 738 milhões, destinados às AGF e aos Contratos e Opções; (e) destinar R\$ 367 milhões para EGF para as culturas de importância regional, segundo prioridades definidas pelo Governo.

O mercado mundial de produtos agrícolas tem provocado reformulação da política agrícola brasileira. Para isso, contribuíram, também, os acordos de integração e as recomendações da Rodada Uruguai do GATT (hoje OMC) e do Mercosul. As negociações do setor agropecuário no seio da OMC deram-se em três áreas distintas: acesso a mercados, políticas de apoio interno e subsídios às exportações.

No que se refere ao acesso a mercados, as negociações basearam-se na eliminação de barreiras não tarifárias e na consolidação de tarifas do setor; desse modo, a única forma de restringir a entrada de produtos passou a ser a tarifa estabelecida nos acordos comerciais. Segundo Henz (1995, p.55), o Brasil, juntamente com os demais países do Mercosul, apresentou, na OMC, uma consolidação tarifária global de 35%, e, no caso de produtos agrícolas notoriamente subsidiados, a tarifa passaria a ser de 55%.

As políticas de apoio interno têm como objetivo tornar o setor agrícola mais eficiente, tanto na produção como na comercialização de seus produtos. A política de apoio às exportações tem como objetivo contrabalançar a redução dos subsídios às exportações agrícolas e preparar a agricultura brasileira para poder enfrentar a concorrência dos países produtores, sobretudo no âmbito do Mercosul, em que vigora uma tarifa externa comum.

4 - Conclusão

O objetivo deste artigo foi apresentar as políticas agrícolas do Brasil entre 1950 e 2000 e analisar os seus efeitos sobre o desempenho da agricultura nacional. A análise da década de 50 mostrou o esforço do Governo para evitar crises de abastecimento. Em função disso, o setor agrícola exportador não apresentou grandes taxas de crescimento. Na década de 60, o setor exportador tomou grande impulso, em função da política de crédito rural. Isso continuou na década de 70, secundado pelas condições favoráveis do mercado externo, em termos de preços, que aumentaram a produção dos produtos exportáveis.

No entanto, a partir de 1979, esse quadro favorável mudou em função dos desequilíbrios macroeconômicos. A inflação disparou, e o Governo começou a conter gastos, afetando a política de crédito rural. Assim, na década de 80,

surgiu uma nova política de financiamento agrícola, que foi a PGPM. Mesmo com a crise do início dos anos 80, a agricultura brasileira conseguiu aumentar a produtividade e a produção, respondendo aos estímulos governamentais, realizando investimento em tecnologia, em infra-estrutura e em pesquisa agrônômica.

As tentativas de instabilização dos anos 80 e 90 acarretaram enormes prejuízos ao setor agrícola. O Governo já não tinha condições de manter os subsídios ao crédito rural e a garantia de preços mínimos. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, a agricultura brasileira continuou crescendo, devido às formas alternativas de financiamento, como a equivalência-produto e as operações de mercado futuro.

A nova política agrícola para 2001 evidencia que os instrumentos tradicionais da política agrícola, como crédito rural e preços mínimos, têm tornado a sua eficácia e seu papel menos importantes com as mudanças econômicas; portanto, intervenções menos intempestivas do Governo nos mercados agrícolas podem estimular o desenvolvimento de novos instrumentos privados de financiamento à produção e à comercialização agrícola. O crédito rural continuará complementando as necessidades de determinados produtos de agricultores e de regiões não adequadamente atendidas. Porém ele não terá mais o papel do passado, quando foi a coluna mestra de toda a política agrícola governamental.

A idéia do passado era a de que todos os problemas da agricultura deveriam ser resolvidos pelas políticas de crédito e de preços mínimos. Atualmente, no novo contexto da economia mundial, toda a reformulação da política agrícola necessita passar pelo exame dos acordos firmados no âmbito da OMC. Esse exame é extremamente útil pela diversidade de instrumentos arrolados, que, em seu conjunto, ou em parte, podem dar conta dos múltiplos e distintos problemas com que se defronta a atividade agrícola brasileira, seja pela sua diversidade regional, seja pelos diferentes estágios de desenvolvimento dos produtores.

A viabilidade da agricultura brasileira passa a depender, crescentemente, da eficiência da economia como um todo, e esse é o caminho indicado pelas reformas institucionais levadas a cabo na Rodada Uruguai do GATT, que se transformou na OMC. Nesse sentido, o Brasil tem feito inúmeras reclamações pelo protecionismo agrícola dos países desenvolvidos. Esse contencioso, contudo, tem se mantido sem solução; o mesmo pode ser dito dos subsídios agrícolas praticados nos Estados Unidos e nos países da União Européia.

A agricultura moderna está voltada para o mercado internacional. Isso implica a necessidade de melhoria da infra-estrutura (transportes, energia, telecomunicações), novas pesquisas para o melhoramento da produção e da produtividade (novas variedades, novos métodos de cultivo, produtos mais resistentes às pragas) e estímulos à irrigação.

Em síntese, para que segmentos da agricultura brasileira possam sobreviver aos desafios da competição internacional, há necessidade de modernização cres-

cente, adaptação da oferta aos gastos dos consumidores externos, sem agressão ao meio ambiente. Nesse sentido, continuará sendo muito importante a redução dos custos de produção e comercialização, a fim de compensar a retirada de subsídios. Para esse efeito, torna-se imperioso o uso do transporte hidroviário e das ferrovias, em substituição ao transporte rodoviário, assim como a modernização e a construção de novos portos e canais eficientes de escoamento das safras.

Bibliografia

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (1996). Brasília : Bacen.
- CARDOSO, João L. (1997). Política de crédito rural: retrospectiva tendências de um novo padrão de financiamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35. **Anais...** [s.l. : s.n.].
- GASQUES, José G., CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. (1997). **Crescimento e produtividade da agricultura brasileira**. Brasília : IPEA. (Texto para discussão; n. 502).
- GASQUES, José G., VERDE, Carlos M. Villa (1990). **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80**. Brasília : IPEA. (Texto para discussão; n. 204).
- HENZ, Renato Antônio (1995). Condicionantes externos à política agrícola. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 52-65.
- LUCENA, Romina Batista de (2000). **O Papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998**. Porto Alegre : UFRGS/ CPGE. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MELO, Fernando B. H. (1979). Políticas de desenvolvimento agrícola no Brasil. In: SAYAD, João, org. **Resenhas de economia brasileira**. São Paulo : Saraiva.
- MELO, Fernando B. H. (1980). Agricultura nos anos 80: perspectiva e conflitos entre objetivos de política. **Estudos Econômicos**, v. 10, n. 2, p. 57-101, maio/ago.
- MELO, Fernando B. H. (1990). O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. **Revista de Economia Política**, v. 10, n. 3, set.

- MELO, Fernando B. H. (1999). O Plano real e a agricultura brasileira: perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 4, out./dez.
- NOGUEIRA, Jorge M., OLIVEIRA, Dyogo H. (1997). As origens do endividamento da agricultura brasileira: considerações sobre os impactos das políticas macroeconômico nas políticas setoriais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** [s.l. : s.n.].
- PEREIRA, Joseph C. (1996). **Crédito rural e o desenvolvimento da agricultura brasileira**. Porto Alegre : FCE/UFRGS. Monografia de graduação em Economia.
- PLANO AGRÍCOLA 1999/2000 (1999). [Brasília] : Secretaria de Política Agrícola, Ministério da Agricultura.
- PLANO AGRÍCOLA 2000/2001 (2000). [Brasília] : Secretaria de Política Agrícola, Ministério da Agricultura.
- PORTO NETO, Arlindo (1996). A política agrícola e a globalização. **Revista de Política Agrícola**, v. 5, n. 4, out./dez.
- REZENDE, Gervásio de C. (1989). Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 19, n. 3, p. 553-78, dez.
- REZENDE, Gervásio de C. (1990). Do Cruzado ao Collor: os planos de estabilização e a agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 17, Brasília. **Anais...** Rio de Janeiro : ANPEC. p. 499-519.
- REZENDE, Gervásio de C. (1993). **Agricultura brasileira na década de 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro : IPEA.
- REZENDE, Gervásio de C. (1999). Conjuntura macroeconômica e política agrícola no período 1992/97: dos velhos aos novos instrumentos. **Revista de Política Agrícola**, v. 8, n. 3, set.
- REZENDE, Gervásio de C. et al. (1997). Abertura comercial, financiamento das importações e o impacto sobre o setor agrícola. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Anais...** [s.l. : s.n.].
- SANTIAGO, Maria D. M., SILVA, Valquíria da (1999). A política de crédito rural brasileira e o endividamento do setor agrícola antecedentes e desdobramentos recentes. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo : Instituto de Economia Agrícola, v. 46.
- SMITH, Gordon W. (1983). A política agrícola brasileira, 1950-1967. In: ARAÚJO, Paulo F. C., org. **Desenvolvimento da agricultura: estudo de casos**. São Paulo : Pioneira. p. 213-256.

SOUZA, Nali de J. (1999). **Desenvolvimento Econômico**. 4ed. São Paulo :
Altas.

TEIXEIRA, Eryl C., ROCHA, Luiz Eduardo V. (1997). **Taxa de câmbio real,
política macroeconômicas e comportamento dos preços agrícolas –
1961 a 1987**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLO-
GIA RURAL. **Anais...** [s.l. : s.n.].

ZANDONADI, Renato (1994). Comportamento das exportações agrícolas brasi-
leiras – 1980/1993. **Revista de Política Agrícola**, v. 3, n. 3, p. 5-10, jul./
/ago./set.

ZANDONADI, Renato (1996). **Fundamentos técnicos para o diagnóstico da
agricultura brasileira: período analisado: 1980 a 1995**. Brasília : CNA.